

ENCARTE CLACSO

CADERNOS DA AMÉRICA LATINA III

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

Os *Cadernos de Pensamento Crítico Latino-americano* constituem uma iniciativa do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). Destinados à divulgação de alguns dos principais autores do pensamento social crítico da América Latina e Caribe, os primeiros números incluíram textos de Ruy Mauro Marini (Brasil), Agustín Cuevas (Peru) e Álvaro García Linera (Bolívia). Proximamente se difundirão artigos de Pablo González Casanova (México), José Carlos Mariátegui (Peru), Florestan Fernandes (Brasil), René Zavaleta Mercado (Bolívia), Rodolfo Stavenhagen (México), Milton Santos (Brasil), Silvio Frondizi (Argentina), Gerard Pierre-Charles (Haiti), Aníbal Quijano (Peru), Juan Carlos Portantiero (Argentina) y Edelberto Torres Rivas (Guatemala), entre outros. Os *Cadernos de Pensamento Crítico Latino-americano* são publicados no jornal *La Jornada* do México e nos *Le Monde Diplomatique* da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Uruguai.

CLACSO é uma rede de mais de 210 instituições que realizam atividades de pesquisa, docência e formação no campo das ciências sociais em 23 países: www.clacso.org

Coordenação editorial: Emir Sader

REPENSAR A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO*

Declaração do Rio de Janeiro**

As economias da América Latina e do Caribe mudaram significativamente desde os anos da crise da dívida externa, ao início da década de oitenta do século passado. Nos países da região foi aplicada uma política econômica fundamentada no equilíbrio fiscal e na busca do superávit primário, com o qual se constitui parte das exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) para garantir o pagamento do serviço da dívida. Estas medidas foram acompanhadas das chamadas “reformas estruturais” que envolvem a eliminação das restrições à mobilidade internacional dos capitais, a supressão de mecanismo de regulação dos sistemas financeiros, a privatização dos serviços públicos e outras disposições mais que fazem parte da proposta do Consenso de Washington (CW).

As reformas econômicas neoliberais executadas desde mais de quinze anos na região modificaram substancialmente a economia e a sociedade destes países. Apesar disto, não foi possível dinamizar as

economias, diminuir desigualdade social, nem reduzir os níveis de pobreza. Estudos recentes do Banco Mundial e da CEPAL indicam estes resultados e mostram que a América Latina e o Caribe é a região com maior desigualdade social. Esta desigualdade cresceu durante as duas últimas décadas. No final de 2000, mais de 128 milhões de pessoas vivem com menos de dois dólares ao dia, o que representa cerca de 25% de sua população total.

As economias latino-americanas e do Caribe não conseguiram altas taxas de crescimento econômico por um longo período. Ademais, se apresentaram de forma recorrente crises financeiras, cambiais e bancárias, provocando drásticas reduções de renda de amplas camadas da população, vultosas perdas patrimoniais, vendas de ativos regionais, quebra de empresas, aumento do desemprego, ampliação da economia informal, crescimento da migração a outros países e regiões desenvolvidas sem que o aprofundamento do processo de re-

forma econômica permita conseguir as promessas de estabilidade e crescimento. Pelo contrário, nos anos recentes, várias economias da região, tiveram um baixo desempenho econômico, indicador da gestação de uma tendência de estancamento, com a qual as carências sociais, a desigualdade, a fragilidade e o subdesenvolvimento se manterão.

Os resultados de duas décadas de reformas estruturais não são positivos e não existe argumento ou proposta alguma que mostre como se pode mudar a situação econômica e social se continuarem estas políticas econômicas. Vinte anos depois do início da reforma neoliberal, a dependência de nossos países com o exterior, e em particular com os Estados Unidos, é maior que nunca, ainda que tenha mudado de formas. Nossa preocupação é maior, dado que o CW tem sido instrumentalizado pelos governos democraticamente eleitos e, em muitos casos, depois de difíceis processos de transformação política, mediante os quais os po-

vos da região derrotaram as ditaduras e os governos autoritários. Assim, até o momento, a democracia alcançada não implicou em melhora das condições de vida, nem tão pouco, permitiu estabelecer os meios para que as necessidades sociais da maioria da população sejam satisfeitas.

Por enquanto, a participação cidadã para uma mudança de rumo econômico teve limitadas consequências e os governos eleitos não puderam distanciar-se das fórmulas promotoras do estancamento do emprego. Tudo isto expressa a magnitude dos interesses em jogo e o tamanho do desafio que enfrenta a grande maioria da população da região, que mantém a esperança do desenvolvimento. Sem embargo, as transformações sociais continuam e nos anos recentes triunfaram partidos políticos ou coalizões partidárias que desde posições progressistas se propõe a combater a pobreza a desigualdade social considerando o crescimento de suas respectivas economias e em relação à economia mundial. Ainda mais, no futuro imediato é possível que partidos e movimentos sociais com perspectiva semelhante alcancem triunfos eleitorais na região. Frente a este conjunto de fatores, os cientistas sociais da América Latina não podem permanecer à margem. É imprescindível aprofundar a discussão e colocar-se a construção de opções de crescimento e desenvolvimento para os países da América Latina e Caribe. Com este propósito, os membros da Rede Eurolatinoamericana de Estudos sobre o Desenvolvimento Celso Furtado e outros colegas da América Latina nos reunimos de 4 a 6 de maio no Rio de Janeiro, Brasil, para discutir os problemas atuais da região e avançar no desenho de políticas alternativas contra o modelo neoliberal que ainda predomina na nossa região.

A alternativa não é uma decisão maniqueísta entre Estado e mercado. O neoliberalismo não significa a ausência de intervenção econômica do Estado. Nos últimos anos existiu uma ampla ação do Estado na redefinição das economias da área. Há uma contínua gestão pública de diversas decisões econômicas, uma atividade consistente para alcançar as metas acordadas com os organismos financeiros internacionais, a execução sistemática de medidas de política econômica para manter as condições de rentabilidade dos capitais que privilegiam as propostas financeiras. Ademais, o processo da dívida pública não se deteve e os pressupostos dos governos funcionam privilegiando o pagamento do serviço da dívida.

O desenvolvimento, tal como foi colocado por Celso Furtado nos seus trabalhos, é um processo não somente de transformação de estrutura, mas de invenção, ou seja, comporta um elemento de intencionalidade. Na atual situação social de nossos países não basta contar com vultosos recursos para o investimento para poder criar as condições de um melhor futuro para a maioria da população. Como nos lembra Furtado em sua mensagem à nossa terceira Conferência, quando

o projeto social dá prioridade a efetiva melhoria das condições de vida da população, o crescimento sofre uma metamorfose e se converte em desenvolvimento.

Esta metamorfose não é espontânea, é o resultado de um propósito, de uma vontade política que têm como meta constituir uma sociedade apta para fazer cargo do processo de desenvolvimento. Este é o ponto central do momento atual da história dos nossos países. Instigar a vontade política que permita recuperar o crescimento econômico sobre novas bases. Este crescimento deve estar fundado em fortalecimento das capacidades produtivas próprias, o que começa com a reprodução das condições produtivas – satisfação das necessidades básicas – dos habitantes dos nossos territórios. Deve garantir a transformação da agricultura, da pecuária e outras atividades primárias permitindo que os camponeses e outros produtores diretos sejam sujeitos relevantes ao curso dos acontecimentos econômicos. Ademais deve ser capaz de encontrar os meios para avançar na industrialização com uma ampla combinação tecnológica, que inclua elementos de ponta, mas que também se funda na ampliação do consumo da população. Uma dinâmica econômica que nos dote de recursos socialmente administrados, para resolver as carências em matéria de saúde e universalizar a educação.

Dentro de uma estratégia alternativa se requer um Estado econômico democrático e forte, que conduza, que promova o desenvolvimento, e que afronte decididamente os problemas sociais.

Nós assinantes não propomos negar a globalização e isolar-nos das forças que hoje controlam o mundo. Propomos sim, construir uma relação a partir de um projeto nacional. Isto implica, entre outras coisas, revisar os esquemas de abertura comercial, de privatização do patrimônio nacional e do pagamento da dívida externa que foram impostos aos nossos povos. Ele consiste em priorizar o desenvolvimento e a solução dos problemas sociais dos nossos países causados pelo pagamento das dívidas externas e internas, assim, como revisar os esquemas ou projetos de integração nos que participamos (ALCA, NAFTA, Mercosul - União Européia) desde a perspectiva de nossas estratégias internas de desenvolvimento econômico, e negarmos a aceitar medidas de abertura que apenas sejam plataforma para aumentar os lucros de um reduzido grupo de agentes financeiros, encabeçados por negociadores, grandes rentistas e tesourarias de algumas grandes empresas dos Estados Unidos.

Aspiramos a uma economia com uma base nacional de crescimento, na qual os serviços públicos se administrem procurando satisfazer as necessidades sociais, o que implica em recuperar os espaços de soberania política que se foram erodindo

com a globalização neoliberal. Demanda-se que o acesso ao crédito interno em moeda nacional seja um dado relevante ao processo de financiamento; uma sociedade na qual existam os meios para que os diversos grupos sociais possam opinar e decidir sobre os temas substanciais da condução econômica; uma sociedade na qual se combinem as formas diretas e representativas de democracia, mas tendo como substância os fatos econômicos e as estratégias que neste campo devem adotar-se.

A declaração do Rio de Janeiro é um apelo aos acadêmicos, cientistas sociais, personalidades, lideranças sociais, direção política de partidos e movimentos a desenvolver em cada um dos nossos países uma discussão que, levando em conta a perspectiva que nestas linhas se propõe, nos enriqueça de uma estratégia econômica distinta à neoliberal, que faça possível o desenvolvimento de nossas nações. É a contribuição mínima atual que os economistas podem dar às nossas sociedades. Nossa matéria de estudo são homens e mulheres, e as relações que promovem a construção de meios materiais que permitem reproduzir suas condições materiais de existência.

O problema da satisfação das necessidades sociais está no centro da nossa disciplina, que não se circunscreve à conquista de certos equilíbrios macroeconômicos. O estudo dos fatos econômicos tem que voltar a colocar a humanidade no centro. O outro é seguir beneficiando os interesses de um reduzido grupo de grande rentistas, de investidores externos e alguns sócios internos.

Nossa tarefa é participar no aprofundamento de opções alternativas que considerem os meios, mas que também permitam identificar aos construtores desta vontade política coletiva. A democracia na região, participativa e representativa, compreende a decisão do tipo de economia que nos permita resolver as necessidades sociais.

Maio-Junho de 2004.

* Os textos publicados neste *Caderno de Pensamento Crítico Latino-americano* são parte da publicação *Repensar a teoría del desarrollo en un contexto de globalización. Homenaje a Celso Furtado*, coordenada por Gregorio Vidal e Arturo Guillén R. e co-edita por CLACSO-Universidad Autónoma Metropolitana de México-Red Eurolatinoamericana de Estudos sobre o desenvolvimento Celso Furtado. (Buenos Aires, janeiro de 2007). Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>

** A presente declaração foi concebida no marco da III Conferência Internacional da Rede Celso Furtado (<http://www.redcelsofurtado.edu.mx>) realizada no Rio de Janeiro entre 4 e 6 de maio de 2004. O documento foi assinado por Tânia Bacellar, Brasil; Eugenia Correa, México; Theotonio Dos Santos, Brasil; Aldo Ferrer, Argentina; José Luis Fiori, Brasil; Celso Furtado, Brasil; Antonio Garrido Torres, Espanha; Alicia Girón, México; Arturo Guillén R., México; Francisco de Oliveira, Brasil; Antonio Rao, Itália; Ignacy Sachs, França; Pierre Salama, França; Julio Sevares, Argentina; Osvaldo Sunkel, Chile; Maria da Conceição Tavares, Brasil; Gregorio Vidal, México; entre outros reconhecidos intelectuais.

Os desafios da nova geração

Por Celso Furtado*

Hoje se reúnem aqui economistas de muitos países para intercambiar experiências e refletir sobre os graves problemas que afligem o mundo em desenvolvimento ante o modelo neoliberal imposto pelo processo de globalização. Em um passado não muito distante, os encontros como este, pareceriam mais conspirações às quais teriam acesso somente alguns iniciados. Hoje, graças ao avanço das técnicas da informação, os temas que serão aqui tratados foram discutidos em redes virtuais como a que organiza este seminário, em coordenação com o Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a CEPAL. Seus membros, professores e universitários dispõe assim dos meios mais adequados para dar continuidade e aprofundar no intercâmbio das idéias e também para levar ao conhecimento da opinião pública informações valiosas, que com frequência, os centros de poder mantêm fora do alcance público.

Para alimentar os debates que seguirão, peço-lhes que me permitam tratar algumas questões que a primeira vista pareceriam especificamente brasileiras, mas, na verdade, são problemas comuns na grande maioria dos países em desenvolvimento.

A diferença do que ocorria há quase meio século quando ocupei a Pasta de Planejamento e dirigi a elaboração do Plano Trienal, hoje dispomos de um profundo conhecimento das estruturas econômicas e sociais de nosso país. Graças à este conhecimento, se fez evidente que no Brasil não houve uma correlação entre crescimento econômico e desenvolvimento. É comum a afirmação de que o país seria um caso conspicuo de mau desenvolvimento.

Poucas regiões do mundo haviam alcançado, nos anos cinqüenta e sessenta, uma taxa de crescimento tão elevada e realizado um processo de industrialização tão intenso. A participação dos investimentos no Produto Interno Bruto brasileiro neste período alcançou níveis raras vezes igualados, o que se traduziu em considerável esforço de acumulação particularmente nos setores de transporte e energia. Todavia, nestes anos e nos décennios seguintes, os salários reais da maioria da população não refletiram o aumento do crescimento econômico. A taxa de sub-emprego invisível, das pessoas ganhando até um salário mínimo como ocupação principal, se manteve surpreendentemente alta. E mais grave ainda, a grande maioria da população rural pouco ou nada se beneficiaram deste crescimento. É verdade que neste período a classe média, antes raquítica, passou a ocupar espaço crescente. Por outro lado, o surgimento de uma classe média em ascenso no meio da po-

breza, quando não miséria, de praticamente um terço da população, é a maior evidência do fracasso da política de desenvolvimento adotada.

Se os vinte anos de regime militar agravaram esta situação, caberia nos perguntar: Por quê agora que a prática da democracia está incorporada na sociedade brasileira ainda parece tão difícil promover mudanças neste sentido?

Para tratar de dar uma resposta, não é desnecessário recordar certas idéias elementares: O crescimento econômico tal como o conhecemos se vem sustentando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; por outro lado, o desenvolvimento se caracteriza por seu projeto social implícito. O dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um futuro melhor para a maioria da população. Mas quando o projeto social dá prioridade à efetiva melhoria das condições de vida desta população, o crescimento sofre uma metamorfose e se converte em desenvolvimento.

Esta metamorfose não se dá espontaneamente. Ela é fruto da realização de um projeto, expressão de uma vontade política. As estruturas dos países que lideram o processo de desenvolvimento econômico e social não foram o resultado de uma evolução automática, inerte, mas sim da opção orientada a formar uma sociedade apta para assumir um papel dinâmico neste processo.

No caso brasileiro, há que enfrentar um problema que condiciona todos os demais: a recessão. É consensual a afirmação que a crise que enfrenta o Brasil tem causas múltiplas e complexas, mas tal vez nenhuma seja de tanto peso como a falta de controle por parte dos sucessivos governos das pressões econômico financeiras. A recessão que se abate sobre o Brasil tem sua principal causa no corte excessivo dos investimentos públicos, o que gera efeitos particularmente nefastos nas regiões mais dependentes das ações do governo federal. Forçar a um país que, todavia não atendeu as necessidades mínimas de grande parte da população a paralisar os setores mais modernos da sua economia, a congelar os investimentos em setores básicos como saúde e educação, a fim de cumprir como as metas de ajuste da balança de pagamentos impostas por beneficiários das altas taxas de juros, é algo que foge a qualquer raciocínio.

No caso brasileiro, a estrutura agrária é o principal fator que causa extrema concentração da renda. Não tanto porque a renda está mais concentrada no setor agrícola que no conjunto das atividades produtivas, mas sim porque, não havendo no campo nenhuma possibilidade de melhoria das condições de vida, a população rural tende a deslocar-se às zonas urbanas, incrementando a oferta de mão-de-obra não especializada.

Compreende-se que estes beneficiários defendam seus interesses. O que não se entende é que nós mesmos não defendamos com idêntico empenho o direito de desenvolver o país. Se continuar prevalecendo

o ponto de vista dos que defendem a recessão, que colocam os interesses dos nossos credores acima de qualquer outra consideração na formulação da política econômica, temos que nos preparar para um período prolongado de recessão econômica, que conduzirá ao desmantelamento de boa parte do que se construiu no passado. A experiência nos ensinou amplamente que se não se atacam de frente os problemas fundamentais, o esforço de acumulação tende a reproduzir, agravado, o mau desenvolvimento. Em contrapartida, se conseguimos satisfazer essa condição básica que é a reconquista do direito a ter uma política de desenvolvimento, terá chegado a hora da verdade para todos nós.

Duas frentes seriam, ao meu entender, capazes de suscitar uma verdadeira mudança qualitativa no desenvolvimento do país: a reforma agrária e uma industrialização que facilite o acesso as tecnologias de vanguarda.

O desenvolvimento não é só um processo de acumulação e aumento da produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso a formas sociais mais aptas para estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade. É comum que se diga que a reforma agrária constitui um avanço no plano social, mas que implica em um elevado custo econômico. Esta é uma opinião equivocada, O verdadeiro objetivo da reforma agrária é libertar os agricultores para que se transformem em atores dinâmicos no plano econômico. As reformas agrárias que desembocaram na coletivização das terras fracassaram desde o ponto de vista econômico, já que as estruturas agrárias tradicionais geraram a passividade, ração pela qual subutilizam o potencial produtivo do mundo rural; e por sua vez, a grande empresa agrícola pressupõe um alto nível de capitalização e só apresenta vantagens óbvias no plano operacional em setores circunscritos a atividade agrícola.

No caso brasileiro, a estrutura agrária é o principal fator que causa extrema concentração da renda. Não tanto porque a renda está mais concentrada no setor agrícola que no conjunto das atividades produtivas, mas sim porque, não havendo no campo nenhuma possibilidade de melhoria das condições de vida, a população rural tende a deslocar-se às zonas urbanas, incrementando a oferta de mão-de-obra não especializada.

Uma nova estrutura agrária deverá ter como principal objetivo a possibilidade de dar elasticidade à oferta de alimentos de consumo popular. Trata-se de uma pré-condição, mas que por si não garante o de-

senolvimento. Este pressupõe o que os economistas chamam de o "motor", ou seja, um centro dinâmico capaz de impulsionar o conjunto do sistema. Vale dizer: Não existe desenvolvimento, sem acumulação e avanço técnico. Seu impulso dinâmico vem da harmonia interna do sistema produtivo em seu conjunto, que só se torna possível com a industrialização. O problema crucial é definir o tipo de industrialização capaz de gerar um verdadeiro desenvolvimento.

Não pretendo traçar aqui, um esboço de política industrial para o país. Só me gostaria recordar um ponto. A unificação do mercado nacional alcançada nos anos trinta foi exigência de certo grau de industrialização. Seus efeitos negativos nas áreas do tecido social mais frágeis puderam, por algum tempo, ser amorti-

zados graças aos elevados custos dos transportes inter-regionais. Desde os anos cinqüenta, os transportes passaram a ser amplamente subsidiados mediante a construção de estradas e uma política de preços baixos de combustíveis. Hoje estamos em outro nível, e o país deveria regressar à industrialização que dê acesso as tecnologias de ponta. Mas a questão de fundo não deve ser esquecida: qualquer política de industrialização no Brasil tem que levar em conta a dimensão continental e as peculiaridades regionais do país. Não é por arrogância que me atrevo a falar aos meus colegas economistas em tom de conselheiro. A idade não nos outorga direitos, mas a experiência nosarma para enfrentar muitos dissabores. Sabemos que uma luta desta magnitude só encontrará êxito com a participação entusiasta de toda uma geração. A nós,

cientistas sociais, nos caberá a responsabilidade maior de velar para que não se repitam os erros do passado, ou melhor, para que não voltem a adotar políticas falsa de desenvolvimento cujos benefícios se concentram nas mãos de poucos.

* Economista brasileiro (1920-2004). Ph.D em Economia pela Universidade de Paris (1948). Foi diretor do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social Brasileiro (BNDES) (1958-1959) e superintendente da agência estatal SUDENE para fomento do desenvolvimento econômico do Nordeste (1959-1964). Catedrático na Universidade de Yale e posteriormente nas Universidades de Cambridge e de Paris até 1985, regressa com o restabelecimento da democracia no Brasil onde será designado Embaixador Brasileiro na Comunidade Econômica Européia em Bruxelas (1985-1986) e logo Ministro de Cultura do Brasil (1986-1990). Entre seus numerosos livros, Formação Econômica do Brasil (1959) e Desenvolvimento e Subdesenvolvimento (1961), são considerados obras clássicas por sua contribuição intelectual original para a compreensão do subdesenvolvimento.

Mais informações na página: <http://www.redcelsofurtado.edu.mx/furtado.html> e <http://www.centrocelsosfurtado.org.br/>.

Globalização, desenvolvimento e densidade nacional

Por Aldo Ferrer*

A globalização constitui um sistema de redes nos quais se organizam o comércio, os investimentos das corporações transnacionais, as correntes financeiras, o movimento de pessoas e a circulação de informação que vincula as diversas civilizações. É o espaço do exercício de poder dentro do qual as potências dominantes estabelecem, em cada período histórico, as regras do jogo que articulam o sistema global. Um dos principais mecanismos de dominação radica na construção de teorias e visões que são apresentadas como critérios de validade universal mas que, em realidade, são funcionais aos interesses dos países centrais.

As redes da globalização abarcam atividades que transportam as fronteiras nacionais. Seu peso relativo no conjunto da economia mundial cresceu desde o fim da segunda guerra mundial. Entretanto, as atividades que se desenvolvem dentro de cada espaço nacional constituem a imensa maioria da atividade econômica e social. As exportações representam 20% do produto mundial, do qual 80% se destina aos mercados internos. As filiais das empresas transnacionais geraram ao redor de 10% do produto e da acumulação de capital fixo no mundo, o que indica que 90% do pro-

duto se realiza por empresas locais e outro tanto dos investimentos se financia pela poupança interna. As pessoas que residem fora de seus países de origem representam 3% da população mundial, vale dizer, 97% dos seres humanos habitam nos países onde nasceram.

forças operantes no seio da globalização não obedece a fenômenos supostamente indomáveis, sim à desregulamentação dos mercados, que é uma expressão transitória do comportamento do sistema mundial.

O desenvolvimento

A globalização não mudou a natureza do processo de desenvolvimento econômico. Este continua descansando na capacidade de cada país participar na criação e difusão de conhecimentos e tecnologias e de incorporá-los no conjunto da atividade econômica e relações sociais. O desenvolvimento econômico segue sendo um processo de transformação da economia e da sociedade fundado na acumulação de capital, conhecimentos, tecnologia, capacidade de gestão, organização de recursos, educação e capacidades de força de trabalho e de estabilidade e permeabilidade das instituições, dentro das quais a sociedade resolve seus conflitos e mobiliza seu amplo potencial de recursos. O desenvolvimento é acumulação no sentido amplo, e a acumulação se realiza, em primeiro lugar, dentro do espaço próprio de cada país.

O desenvolvimento implica a organização e integração da criatividade e os recursos de cada país para pôr em marcha os processos de acumulação no sentido amplo. O processo é indelegável em fatores exógenos que livrados a sua própria dinâmica somente podem desarticular um espaço nacional e estruturá-lo e torná-lo a centros de decisão extra-nacionais e, por tanto, frustra os processos de acumulação, vale dizer, o desenvolvimento. Um país pode crescer sem desenvolvimento, isto é, sem criar uma organização da economia e a sociedade capaz de mobilizar os processos de acumulação inerentes ao desenvolvimento ou, dito de outro modo, sem incorporar os conhecimentos científicos e suas aplicações tecnológicas no conjunto da atividade econômica e social.

As relações

A globalização e o desenvolvimento econômico de cada país guardam estreitas relações. A globalização oferece oportunidades como, por exemplo, a ampliação dos mercados e o acesso a investimentos e tecnologias. Mas coloca também riscos e ameaças. A globalização não é em si mesma boa ou má. Sua influência no desenvolvimento de cada país depende das vias pelas quais o mesmo se vincula às redes de globalização. Por exemplo, o comércio internacional, através do estilo de vinculação com a divisão internacional do trabalho. O desenvolvimento requer que as exportações e importações guardem um balanço entre seus conteúdos de tecnologia e valor agregado para permitir que a estrutura produtiva interna assimile e difunda os avanços do conhecimento e da tecnologia. Em relação aos investimentos das filiais de empresas transnacionais é necessário que sua presença não debilite as capacidades endógenas de desenvolvimento tecnológico. A sua vez, o financiamento internacional deve ser consistente com a capacidade de pagamentos externos e o equilíbrio de pagamentos internacionais. Em resumo, o resultado, desde a perspectiva de cada país, radica no estilo de inserção na ordem global ou, em outras palavras, na qualidade das respostas aos desafios e oportunidades da globalização.

No transcurso dos últimos duzentos anos, as assimetrias crescentes no desenvolvimento econômico dos países resultam do exercício do poder pelas potências dominantes, mas, em última instância, dependem da atitude de cada sociedade para participar nas transformações desencadeadas pelo avanço da ciência e suas aplicações tecnológicas. Neste último sentido pode dizer-se que cada país tem a globalização que merece. É claro que o exercício efetivo da soberania é um requisito para que país possa dar respostas próprias ao cenário global. No passado, os países subordinados à condição colonial estiveram sujeitos às decisões de suas metrópoles e seu estilo de inserção na ordem global respondeu aos interesses das mesmas. Mas

ainda em situações de dependência colonial, como por exemplo, nas treze colônias britânicas da América do Norte ou em domínios britânicos de Canadá e Austrália, foram possíveis, pelas próprias condições internas e estilo de vinculação com a metrópole, respostas à globalização compatíveis com o desenvolvimento e a acumulação em outros territórios, antes de sua independência. Em sentido contrário, países soberanos como os da América Latina, que conquistaram sua independência nos albores da revolução industrial a princípios do século XIX, não lograram desde então erradicar o atraso e gerar respostas aos desafios e oportunidades da globalização consistentes com seu próprio desenvolvimento.

As respostas

A ordem global proporciona um marco de referência para o desenvolvimento de cada país. Mas a forma de inserção no contexto externo depende, em primeiro lugar, de fatores endógenos, próprios da realidade interna do mesmo país. A história do desenvolvimento econômico dos países pode relatar-se em torno à qualidade das respostas aos desafios e oportunidades da globalização que se transforma através do tempo.

Quais são os fatores endógenos que determinam aquelas respostas? Que circunstâncias conduzem ao êxito, isto é, ao seu desenvolvimento? A análise comparada dos casos exitosos (Ferrer, 1988) contribui a responder tais interrogações. A mostra incorpora países que ao início de seu deslocamento, estavam relativamente atrasados respeito à potência hegemônica ao princípio do período, Grã-Bretanha. Na segunda metade do século XX, os dois casos provavelmente mais notáveis são República da Coreia e a província chinesa de Taiwan, que figuravam entre os mais atrasados ao concluir a Segunda Guerra Mundial.

A mostra abrange duas épocas distintas da globalização e países muito diferentes pela dimensão de seu território e população, disponibilidade de recursos naturais, tradição cultural e organização política. Entretanto, em todos os casos se verifica a existência de condições endógenas, internas necessárias que resultam decisivas para que esses países gerem progresso técnico e o difundam e integram em seu tecido produtivo e social; isto é, para pôr em marcha processos de acumulação em sentido amplo, inerentes ao desenvolvimento. Este conjunto de circunstâncias endógenas, insubstituíveis e necessárias ao desenvolvimento pode resumir-se no conceito de densidade nacional.

A densidade nacional

Entre estas condições figuram a integração da sociedade as lideranças com estratégias de acumulação

de poder fundado no domínio e a mobilização dos recursos disponíveis dentro do espaço nacional e a estabilidade institucional e política de largo prazo.

Nos casos exitosos, a totalidade ou maioria da população participou no processo de transformação e crescimento e na distribuição de seus frutos. Estes países não registraram fraturas abismais na sociedade fundadas em causas étnicas ou religiosas, nem em diferenças extremas na distribuição da riqueza e do ingresso. Em todos os casos, a maior parte da população participou de oportunidades abertas pelo desenvolvimento.

Os países considerados na mostra contaram com lideranças empresariais e sociais que gestaram e ampliaram seu poder pelo meio da acumulação fundada na poupança e nos recursos próprios, e da exploração dos recursos naturais e das principais cadeias de agregação de valor. Os núcleos dinâmicos do desenvolvimento em cada etapa foram reservados para as empresas nacionais ou sujeitas a marcos regulatórios que integravam às filiais das empresas estrangeiras ao processo de desenvolvimento endógeno. As lideranças promoveram relações não subordinadas de seus países com o resto do mundo, e em caso daqueles que se converteram em relações grandes potências, relações dominantes.

Em todos os casos considerados prevaleceram regras do jogo político institucionais capazes de resolver os conflitos inerentes a uma sociedade em crescimento e transformação. Baixo distintos regimes de organização política, republicana ou monárquica, federal ou unitária o exercício do poder esteve respaldado na aceitação das regras do jogo por todos os atores sociais e políticos envolvidos. A interrupção da paz interior por conflitos internos (como a guerra civil norte-americana, a unificação alemã sob o segundo Reich e a eliminação do shogunato no Japão durante a restauração Meiji) ou a derrota militar e a ocupação estrangeira (como é o caso da Alemanha nas duas guerras mundiais do século XIX e do Japão na segunda) foram acontecimentos transitórios e sucedidos posteriormente pela estabilidade do sistema político institucional no território nacional destes países. Nos países exitosos predominou na sociedade um sentido de pertinência e destino compartilhado.

A análise comparada revela que estes três planos estão intimamente relacionados. A integração social contribui para formar lideranças que acumularam poder dentro do próprio espaço nacional, conservando o domínio das atividades principais e incorporando o conjunto ou a maior parte da sociedade no processo de desenvolvimento. Por sua vez, a participação da sociedade nas novas oportunidades viabilizou a estabilidade institucional e política, e esta afiançou os direitos de propriedade e a adesão dos grupos sociais dominantes às regras do jogo político e institucional.

Estas condições endógenas e necessárias para o desenvolvimento foram acompanhadas por outras, também decisivas. As idéias econômicas fundantes da política econômica dos países exitosos nunca estiveram subordinadas à liderança intelectual dos países mais adiantados e poderosos que eles mesmos. Responderam sempre a visões autocentradass do comportamento do sistema internacional e do desenvolvimento nacional. Quando estes países aceitaram teorias concebidas nos centros, o fizeram adequando-se ao próprio interesse. Foram visões e enfoquesfuncionais à posta em marcha de processos de acumulação em sentido amplo, fundados na mobilização dos recursos próprios disponíveis. Concederam as empresas e os empréstimos estrangeiros como subsidiários do processo de acumulação assentando na preservação do domínio das atividades mais rentáveis e fonte principal da ampliação da capacidade produtiva.

O Estado foi o instrumento essencial para por em prática as idéias do desenvolvimento nacional e a vinculação soberana com o contexto externo. Em virtude das circunstâncias próprias de cada caso e cada época, o Estado interveio em tudo o que fez falta, raramente mais que o necessário, para regular os mercados, abrir ou fechar a economia e impul-

sionar, orientando o crédito interno e por múltiplas outras vias, as atividades consideradas prioritárias. O Estado foi um protagonista principal com maior ou menor grau de vinculação com a atividade privada segundo os casos, no desenvolvimento dos sistemas nacionais de ciência e tecnologia para promover a inovação e a incorporação dos conhecimentos importados no próprio acervo. A complexidade crescente da atividade econômica ampliou e diversificou a demanda de tecnologia que foi atendida em grande medida pela própria oferta de bens complexos e conhecimentos. A elevação dos níveis educativos e a promoção da ciência e tecnologia foram objetivos importantes na ação pública dos países exitosos, enquanto o próprio desenvolvimento multiplicava os incentivos para que o setor privado levasse adiante suas próprias atividades de investigação e desenvolvimento.

A convergência destas condições endógenas, necessárias permitiu consolidar o direito de propriedade, assentando-o em espaços cada vez mais amplos de rentabilidade, e reduzir os custos de transação que facilitavam as atividades dos operadores privados. Possibilitou, entretanto, manter os equilíbrios macroeconômicos de largo prazo, incluindo o orçamento, o balanço de pagamentos, a moeda e a estabilidade de preços. Os desvios,

quando ocorreram – ainda os casos extremos como a hiperinflação alemã da década de 20 -, foram transitórios. Em nenhum caso se instalaram desequilíbrios sistêmicos, como um exagerado nível de endividamento externo de longo prazo.

A globalização põe à prova a densidade nacional dos países. Na atualidade, se acrescentou a intensidade das forças globalizadoras e se fortaleceram as regras do jogo desenhadas pelos países centrais. Mas, ao mesmo tempo, se multiplicaram as oportunidades e a abertura de novos espaços para o desenvolvimento econômico, inclusive nos países atrasados. A qualidade das respostas aos desafios e oportunidades da globalização resulta assim mais decisiva ainda que no passado para determinar o êxito ou fracasso. Tais respostas seguem dependendo, em primeiro lugar das condições internas, endógenas, de cada país em aspectos críticos como a integração social, o comportamento das lideranças e a estabilidade do marco institucional e político.

* Doutor em Economia pela Universidade de Buenos Aires (UBA). Coordenador da Comissão Organizadora do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (1965-1967) e primeiro Secretário Executivo de CLACSO (1967-1970).

com dependência tecnológica e financeira do capital estrangeiro mantém-se a submissão ao exterior. Assim, apesar de sucessivas "modernizações", o subdesenvolvimento se reproduz com a industrialização tardia dos países periféricos.

Trata-se de uma antecipação absolutamente genial dos problemas estruturais do processo de desenvolvimento brasileiro na segunda metade do século XX, apesar dos seus vários "milagres econômicos". Como o subdesenvolvimento ainda não foi superado, mesmo com a melhoria recente dos indicadores sociais, este livro precisa ser relido, sobretudo pelos alunos das faculdades de economia e ciências sociais, que têm uma grande dificuldade de entender em que país vivem.

Num período muito breve e muito rico da história econômica do Brasil, em meio às suas tarefas públicas e às esperanças despertas pelos "50 anos em 5" da época Juscelinista, o criador da SUDENE, lançou as idéias definitivas de sua obra magna intelectual. Em 1959 saiu à luz o seu trabalho clássico sobre a formação econômica brasileira, e, dois anos depois, analisou os problemas do subdesenvolvimento, então e ainda em curso, apontando todos os defeitos decorrentes de uma estrutura de dominação interna e de dependência externa difíceis de vencer. Sem inclusão social permanente e sem cidadania não conseguiremos interromper o maldito círculo vicioso do subdesenvolvimento. Portanto, do ponto de vista histórico-estrutural, quer dizer, da visão de longo prazo do Brasil, a obra do mestre continua atual.

O seu "pessimismo histórico" nunca lhe impidiu o "otimismo da vontade" e de buscar constantemente uma visão positiva de um "Projeto para o Brasil". Em 1962, eu já estava na CEPAL e ele, então ministro do Planejamento, visitou o escritório da CEPAL-BNDE, no Rio de Janeiro, para discutir o Plano Trienal de sua autoria. Este representa a primeira tentativa de planejamento nacional que procurava compatibilizar explicitamente objetivos de crescimento, distribuição de renda e estabilização. O primeiro grande documento de proposições conjuntas de política econômica, social, de estabilização e de reformas estruturais, que se queria converter num verdadeiro "Projeto Nacional".

Infelizmente a "construção foi interrompida", o Plano Trienal foi abandonado em seis meses e o governo de Jango e as "Reformas de Base" terminou com o golpe militar. O povo brasileiro estava em movimento, constituindo-se como socie-

dade nacional, mas a ditadura interrompeu, tanto o movimento social quanto a construção democrática que permitiria conjugar crescimento e distribuição de renda. Durante a ditadura passou-se a dizer que era preciso crescer para depois distribuir e os movimentos populares foram violentamente reprimidos. Celso Furtado foi para o exílio, depois de cassado em seus direitos políticos.

Por mais de dez anos foi professor em tempo integral na Sorbonne, acompanhando o "Tempo do Mundo" e criticando o modelo perverso de desenvolvimento brasileiro. Tornou-se também um apóstolo da visão positiva do desenvolvimento. Continuou afirmando que: "Crescimento, distribuição de renda, estabilidade e bem-estar social deveriam caminhar juntos". Uma sociedade verdadeiramente democrática é obrigada a levar em conta a necessidade de incorporar os excluídos e, para autodeterminar-se, não pode repetir mimeticamente o modelo de desenvolvimento proposto pelos centros dominantes da Economia Mundial. O Estado e a Sociedade brasileira precisam lutar com persistência pela autonomia da cultura, do progresso técnico endógeno e de uma inserção internacional mais soberana do Brasil. O desenvolvimento econômico-social só será auto-sustentável e o subdesenvolvimento só será vencido se for apoiado nas forças endógenas do país e na autodeterminação de seu povo.

Esta visão de Celso Furtado é permanente em sua luta tornando-se um guia para qualquer geração de economistas políticos do nosso país e de muitos dos que lutam pela autodeterminação dos seus povos em outros países subdesenvolvidos. O que ele criticou e o que propôs ao longo de sua vida mantém-se de pé. É por isso que seu pensamento volta sempre com mais força depois de cada derrota.

No "milagre econômico" da ditadura não houve distribuição da renda, não se permitiu a construção da cidadania e impediu-se que o povo se autodeterminasse. Durante a década de 90, manteve-se a liberdade política mas, ao mesmo tempo, minaram-se as bases da autonomia do Estado e limitou-se a ampliação dos direitos sociais universais, mediante o desmantelamento da Constituição de 1988. Com as "reformas neoliberais", o aumento explosivo do endividamento (interno e externo) e as privatizações do governo FHC, foi-se esvaindo o sonho da transição democrática progressista e pôs-se em risco o próprio desenvolvimento produtivo ao desmontar parte da estrutura obtida com o esforço de 50 anos de industrialização acelerada.

No final da década de 90, o mestre, que tinha entrado com empenho no primeiro governo de "transição democrática" como Ministro da Cultura (ver o seu livro *Cultura em Tempo de Crise*) manifestou pela primeira vez a sua desesperança com a famosa frase: "Nunca estivemos tão longe do país que sonhamos". Pouco depois, porém, readquiriu o ânimo e participou da campanha de Lula para a presidência da República. Reafirmou que era preciso mudar a base política de sustentação do poder e garantir a participação do povo nas decisões políticas locais, regionais e federais, condição para invertermos o modelo de desenvolvimento.

Para eliminar o subdesenvolvimento não basta industrializar, não se trata apenas de substituir ou não importações, para eliminar a barreira externa. Isso é uma visão economicista limitada. Furtado foi muito mais do que um economista, foi um grande pensador social brasileiro. Por isso, segundo ele, precisávamos mudar a correlação política de forças que determina as prioridades sociais, o destino dos recursos públicos e privados, a maneira como o país adquire identidade e soberania nacional. Repetiu incansavelmente, antes de sua morte, que democracia é ampliar as bases de participação da sociedade nas decisões sobre sua própria vida, isto é, sua autodeterminação.

Este foi o sonho, pelo qual Furtado norteou sua crítica teórica e sua experiência prática como homem público. Depois de sua morte várias gerações continuam a lutar pelo mesmo sonho e passando a diante as lições do velho Mestre. Seu pensamento continua vivo e atuante na construção de uma nova democracia republicana. Esta é sem dúvida a maior homenagem que lhe pode prestar a sociedade brasileira.

Homenagem a Celso Furtado

Por Maria da Conceição Tavares*

Mestre Celso Furtado foi um intelectual da maior envergadura e um homem público de indiscutível importância política e ética para o país. Além de ser um dos fundadores do pensamento sobre Desenvolvimento Econômico contemporâneo, foi um grande servidor público e uma pessoa de integridade à toda prova. Mais que tudo, porém, para os seus admiradores mais humildes e para os seus companheiros mais íntimos foi um lutador contínuo, um corredor de longo fôlego, cuja energia moral se manteve intacta até a sua morte.

Para minha formação intelectual, sua importância foi decisiva e começou quando eu ainda era

aluna da Escola de Economia da Universidade do Brasil. A história econômica dada na faculdade era baseada em figuras presidenciais e explicações arbitrárias sobre as diversas conjunturas. A publicação em 1959 da *Formação Econômica do Brasil* foi portanto um verdadeiro oásis para os alunos mais progressistas das escolas de economia, entregues aos ensinamentos do pensamento econômico conservador, do qual a Escola de Economia da Universidade do Brasil era o bastião, desde sua fundação com Eugênio Gudin. A "Formação Econômica" é considerada, não apenas no Brasil, mas no mundo inteiro, um marco do pensamento econômico contemporâneo, pela fusão original de uma visão histórica-

estrutural de longo prazo com análises de conjuntura em que o instrumental keynesiano é aplicado com enorme criatividade. Outra obra magna é *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), na qual Furtado se revela o primeiro grande autor a explicar o surgimento do subdesenvolvimento, não como uma etapa do atraso em relação aos países mais avançados, mas como um processo histórico coetâneo ao desenvolvimento do capitalismo desde suas origens. O crescimento econômico pode ser rápido mas não suprime o subdesenvolvimento se for obtido com concentração de renda e riqueza e exclusão social. Com padrões culturais e de consumo das classes altas copiados dos países centrais,

* Professora Emérita da UFRJ e ex-Deputada Federal pelo Partido dos Trabalhadores - RJ.
e-mail: mctavares@visualnet.com.br

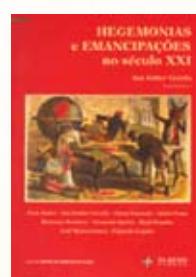
Novidades Editoriais Clacso



A colonialidade do saber Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas

Edgardo Lander (org.)

Nos debates políticos e em diversos campos das ciências sociais, têm sido notórias as dificuldades para formular alternativas teóricas e políticas à primazia total do mercado, cuja defesa mais coerente tem sido formulada pelo neoliberalismo. Estas dificuldades devem-se, ao fato de que o neoliberalismo é debatido e confrontado como uma teoria econômica, quando na realidade deve ser compreendido como o discurso hegemônico de um modelo civilizatório.



Hegemonias e Emancipações no século XXI

Ana Esther Ceceña (org.)

O tema nodal no terreno das Hegemonias e Emancipações não é somente a dominação, mas também, como indicava Gramsci, a capacidade de gerar uma concepção universal do mundo a partir de uma visão particular, de dominar através do consenso e de reproduzir as formas de dominação nos espaços dominados. Trabalhar simultaneamente os conceitos de hegemonia e emancipação como abstrações interpretativas e como experiências históricas é um caminho possível para a aproximação a esta realidade.



Neoliberalismo y sectores dominantes Tendencias globales y experiencias nacionales

Eduardo M. Basualdo e Enrique Arceo

As transformações sociais que sofreram as sociedades latino-americanas no último quarto de século foram concomitantes com alterações igualmente profundos nos setores dominantes. Neste contexto, a análise sistemática das características dos setores dominantes e das dinâmicas que eles impõem às nossas sociedades constitui um elemento essencial para indagar as condições determinantes dos distintos caminhos de acumulação que se desenvolvem na região.

www.expressaopopular.com.br

Biblioteca Virtual Clacso

Com o objetivo de promover e facilitar o acesso aos resultados das pesquisas dos Centros Membros via Internet, o CLACSO oferece livre acesso à sua Biblioteca Virtual de Ciências Sociais, que recebe por mês mais de 300.000 consultas de textos.

Os serviços incluem acesso à Sala de Leitura com 9.000 textos completos de livros, artigos, palestras e documentos de trabalhos publicados pela rede CLACSO e outras instituições; bases de dados sobre a produção acadêmica dos Centros Membros e registros bibliográficos de suas publicações e pesquisas e também de seus pesquisadores, com e-mail disponível para contato; e links que dão acesso a outras bibliotecas virtuais com mais de 100.000 textos completos de Ciências Sociais.

www.biblioteca.clacso.edu.ar